O vírus como inimigo: A educação pós pandemia e o educativo cenário atual

https://doi.org/10.56238/levv15n39-146

Karla Aparecida Zucoloto
Docente do Instituto Federeal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas
Doutora em Psicologia da Educação pela Faculdade de Educação pela Universidade de São Paulo
E-mail: karla.zucoloto@ifsuldeminas.edu.br

RESUMO
Resumo: Pensar a educação no Brasil é sempre uma necessidade recorrente haja visto os inúmeros ataques que qualquer projeto educativo medíocre sofre diariamente neste país. Interessante consideramos como estão as condições de ensino e aprendizagem em uma das regiões mais ricas e desenvolvidas deste país? Como inimigo a reflexão abordará o impacto que o vírus exerce ainda hoje na educação pelo sucateamento da educação pública, pela sujeição aos interesses do capital e pelo ataque cotidiano à educação em uma sociedade desigual, segregaria, injusta e cruel. Escolhemos a pesquisa documental para analisar o cenário pós pandêmico e discutir quem pode falar em educação, falar de onde e para quem, avançamos na proposta de um currículo crítico e instigante bem como permanecemos fazendo as mesmas coisas do mesmo jeito e esperando resultados diferentes. O intuito desta reflexão é analisar a relação e consolidação da dominação burguesa na escola pública que tem por objetivo formar um exército de trabalhadores.

Palavras-chave: Educação, Capital, Trabalho, Burguesia.

1 INTRODUÇÃO

Escrever pode ser, muitas vezes, um excelente recurso para refletirmos a respeito de temáticas que nos inquietam. Pensar a educação no Brasil é sempre uma necessidade recorrente haja visto os inúmeros ataques que qualquer projeto educativo medíocre sofre diariamente neste país. Interessante consideramos que educação está presente em todos os discursos de pessoas que procuram se eleger ou vender uma imagem de pessoa comprometida com as questões sociais. Mas, como está a educação no Brasil depois da pandemia da COVID-19? Como estão as condições de ensino e aprendizagem em uma das regiões mais ricas e desenvolvidas deste país? Quem pode falar por professores e estudantes? Avançamos?

Refletir sobre esta e inúmeras outras questões se faz cada dia mais relevante, necessário e urgente. Em um contexto no qual estudantes são agredidos dentro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo[1] por protestarem contra escolas cívico militares em um cenário que advoga que aulas sejam planejadas por inteligência artificial é urgente questionar quem pode falar sobre educação. Quem tem legitimidade para defender os princípios mais caros à educação na região sudeste? Qual educação? Será que conseguimos superar os inúmeros prejuízos decorrentes do ensino remoto? Ou o vírus continua sendo nosso inimigo e agora conta com novos aliados?

Este é o terceiro artigo que trata sobre educação em tempos de pandemia. O primeiro foi publicado em maio de 2021 e discutia o ensino remoto que se iniciou em meados do mês de março de 2020 com a suspensão das aulas em todo país e que teve por intuito de desacelerar a pandemia da COVID-19; essa foi a alternativa encontrada para manter o necessário distanciamento social. A educação foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia do corona vírus e é possível constatar inúmeros problemas de ordem pedagógica e psicológica que comprometem a qualidade educativa na maior parte do país ainda hoje com o avanço da vacinação e o controle do número de casos.

Outra questão relevante neste cenário foi o trabalho das docentes em suas casas ao longo da pandemia da COVID-19, em um cenário de ensino remoto. Esta temática foi discutida em um artigo publicado em junho de 2022 que teve como intuito estudar a condição de trabalho de mulheres que sendo professoras, mães, cuidaram de suas casas e de seus filhos ao longo da quarentena da COVID-19 ao mesmo tempo que prepararam e ministravam aulas remotas. Visou-se levantar dados sobre aumento de carga horária de trabalho, depressão, estresse e quadros ansiosos decorrentes do isolamento social ao longo deste período fruto de uma visão cultural que atrela sempre e ainda o serviço doméstico e o cuidado dos filhos à mulher. Os dados foram coletados através da aplicação de um questionário que foi respondido pelas docentes que estavam ministrando suas aulas de forma remota em diferentes

[1] Incidente ocorrido na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no dia 22 de maio de 2024. Para maiores informações ver: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/05/22/apos-agressao-deputados-vao-a-ministerio-publico-contra-pm-de-tarcisio.htm

segmentos do ensino e mostraram um complexo cenário de exaustão e depressão, além da sobrecarga de trabalho.

Este último artigo é produto desta reflexão em três tempos para nos lembrarmos que um pequeno vírus colocou um planeta de joelhos. Temos a tríade enfim: o vírus como pedagogo, o vírus como mensageiro e o vírus como inimigo. Estes termos são utilizados por Boaventura de Souza Santos (2021) o qual afirma que o vírus da COVID-19 pode ser um inimigo a se combater, um mensageiro ou um pedagogo. Como inimigo a reflexão abordará o impacto que o vírus exerce ainda hoje na educação pelo sucateamento da educação pública, pela sujeição aos interesses do capital e pelo ataque cotidiano à educação em uma sociedade desigual, segregaria, injusta e cruel. O mesmo autor nos indaga sobre os potenciais conhecimentos que conseguimos construir ao longo da pandemia do corona vírus. No livro O futuro começa agora – da pandemia à utopia o mesmo afirma que como inimigo o vírus desajustou o tempo e produziu crises em todo mundo pelo medo imediato da morte. Qual educação conseguimos estruturar? O quanto avançamos?

Escolhemos a pesquisa documental para analisar o cenário pós pandêmico e discutir quem pode falar em educação, falar de onde e para quem, avançamos na proposta de um currículo crítico e instigante bem como permanecemos fazendo as mesmas coisas do mesmo jeito e esperando resultados diferentes. O intuito desta reflexão é analisar a relação e consolidação da dominação burguesa na escola pública que tem por objetivo formar um exército de trabalhadores. Florestan Fernandes (2020, p.299) constatou com certa amargura que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural "revolucionário" de mando absoluto, que deve beneficiar a parte "ativa" e "esclarecida" da sociedade civil. Acreditamos que a forma com que as necessidades econômicas sociais e políticas da máquina de opressão da classe institucionalizada atuar é pela educação que pode ocorrer pelo controle efetivo da máquina do Estado; temos a barbárie (Cássio, 2019).

Nossas hipóteses são que a educação está sob o controle da burguesia pois o Estado foi cooptado pelos interesses desta classe bem como que qualquer pensamento crítico e/ou revolucionário que precisa ser eliminado em sua base educacional com ações atreladas aos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH). Fernandes (2020, p.306) afirma que os agentes humanos que constroem, perpetuam e transformam o capitalismo dependente e subdesenvolvido, levando a modernização para a periferia e adaptando a dominação burguesa às funções que ela deve preencher para que a transformação capitalista não só possa reproduzir-se em condições muito especiais, mas, ainda, tenha potencialidades estruturais e dinâmicas para absorver e acompanhar os ritmos históricos das economias capitalistas centrais e hegemônicas.

O autor afirma no século XIX tem origem um ciclo no qual a burguesia nacional se associou à burguesia internacional e, à medida que a industrialização cresceu, os problemas cresceram junto com ela: greves, reinvindicações, pressões por aumento de salário. O produto decorrente desse cenário seria

o aparato normativo de controle (capitalismo de Estado) e movimentos de resistência em um cenário autocrático esterilizador decorrente de uma democracia excludente. Para Fernandes (idem) o medo é a ruptura dos marcos do capitalismo pelos trabalhadores que poderiam optar por uma saída social democrática ou se dividir em função dos mais diferentes interesses. Foi assim que uma camada marginalizada da classe operária reformista se converteu em aristocracia operária que seria sócia do colonialismo.

Como não se constitui uma sociedade democrática sem uma arena pública o Estado passou a impedir a competição por meio do poder indireto. Assim, uma burguesia fraca associada a uma classe operária endinheirada, vê seus interesses em risco por uma concorrência de indústrias estrangeiras e se apropria do Estado e não luta pelo poder, mas o captura. Este é o conceito de dominação indireta de Weber que entende a sociedade competitiva é a base da sociedade capitalista. Para Weber (2004) a dominação no capitalismo é burocrática, legal, gerida pela livre e ampla concorrência. Assim, a competição poderia organizar a vida social e permitir que a desagregação da sociedade não ocorresse pela organização da sociedade. Como isso poderia ocorrer? Para Weber a luta de classes seria uma decisão das pessoas, uma forma de organizar a sociedade e a educação poderia atuar moldando as subjetividades. O Estado impediria a competição e o poder passaria a ser indireto não favorecendo a constituição de um Estado público e democrático.

O mesmo autor (2016) afirma que sempre há contradição no grupo social decorrente de conflitos de interesse entre as classes. No estamento dominante há a pulverização de interesses que promoverão disputas entre as classes dominantes, que produzem a autocracia (Fernandes, 2020). Estas burguesias entendem que as classes mais baixas são mais contundentes nas suas lutas e vão considerar os questionamentos dos trabalhadores insuportáveis pois o traduzem como questionamento à própria estrutura da sociedade e passam a esterilizar tais setores por diferentes instrumentos como fraude nas eleições; demagogos conservadores, sindicalismo corporativo entre outros mantém o controle da educação (idem). Temos as peças que compõem esta reflexão: como a emergência e expansão do capitalismo moderno, do capitalismo competitivo e do capitalismo monopolista interferem diretamente no cenário educacional rompendo com os ideias de qualidade e que aprofundam o quadro de dependência econômica no Brasil. É preciso agir sobre a educação, dividir a escola em pública e privada, atacar a formação de professores e controlar a oferta de materiais didáticos.

Nós tínhamos uma escola pública de excelência que não era para todos pois para se avançar do primário para o ginásio era necessário fazer exame de admissão. Ao concluir o ginásio era necessário fazer exame de admissão para cursar o curso técnico ou científico. Era uma escola muito boa mas para poucos. No início do século XX passamos a ter várias escolas direcionadas a diferentes públicos: uma escola privada para ricos e uma escola pública para as massas. Perdeu-se a qualidade da educação como projeto de dominação e controle. Este cenário nos remete ao problema que pretendemos

responder: a crise na educação é um projeto? Esta frase é atribuída a Darcy Ribeiro o qual criou duas universidades - a Universidade de Brasília e a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Em parceria com Anísio Teixeira e outros educadores, defendia que a educação seria o melhor caminho para conquistarmos um Brasil democrático sem injustiça social, com condições de vida dignas, com oportunidades de cada brasileiro e brasileira, conquistarem seus sonhos.

Para educar com qualidade é necessário planejar. Planejar o ambiente educativo, o tempo, as relações e interações, a formação de professores, organizar o programa e o currículo, pensar na qualidade dos materiais que são oferecidos em sala de aula, discutir o Projeto Político Pedagógico, o Conselho de Pais e Mestres, o Conselho Administrativo, o Conselho Fiscal, o Grêmio estudantil dentre outros. Educar é complexo, é difícil e demanda estudo, posicionamento crítico e muitas assembleias.

Saviani (2020, p. 8) aponta um caminho bastante interessante na discussão da escola como propomos:

Em síntese, pode-se considerar que o currículo em ato de uma escola não é outra coisa senão essa própria escola em pleno funcionamento, isto é, mobilizando todos os seus recursos, materiais e humanos, na direção do objetivo que é a razão de ser de sua existência: a educação das crianças e jovens. Poderíamos dizer que, assim como o método procura responder à pergunta: como se deve fazer para atingir determinado objetivo, o currículo procura responder à pergunta: o que se deve fazer para atingir determinado objetivo. Diz respeito, pois, ao conteúdo da educação e sua distribuição no tempo e espaço que lhe são destinados.

A questão que se impõe é: o que queremos? Qual educação desejamos? Quem estamos ensinando? Como ensinamos? No entendimento de Paulo Freire, a educação é algo intencional, portanto, não é neutra. Todos esses temas citados acima compõem a prática pedagógica de qualidade de uma escola e são fruto de um escolha, de um posicionamento político. Desta forma, a questão primeira é definir metas e trajetos, esclarecer o que se pretende e quais recursos serão empregados para alcançar os objetivos estabelecidos e ter clareza da razão porque se faz esta escolha e não outra. Tal prática permite que a equipe defina em que sentido entende qualidade pela observância das fases do processo: ação, desenvolvimento, reflexão – programa e avaliação.

De acordo com Oliveira e Castanha (2023, p.238)...

a escola é um espaço, no qual os profissionais da área, no desempenho de seu trabalho, na maneira de interpretar, de ensinar, no modo de agir, exercem uma ação intencional, que interfere diretamente na formação humana e, consequentemente na formação social. É imprescindível que o professor tenha consciência de que a educação não é apenas uma transmissão de conteúdo, ela é um instrumento utilizado na sociedade para difundir/impor ideias, valores e interesses políticos.

A palavra a ser destacada aqui é escolha, tomada de decisão. Os autores afirmam que há intenção na ação de educar, não há neutralidade. A questão é que nossa educação continua sendo uma

educação bancária e a nossa escola é um lugar onde o estudante já chega culpado, tendo que provar que aprendeu... Aprendeu? Aprendeu o quê senão participou da seleção do conteúdo nem tem seu interesse validado como matéria de estudo? O professor ensina reproduzindo os idealismos vigentes que vogam desde sempre nesse país quando está em jogo a educação de pessoas pobres. Educa-se para formar trabalhadores disciplinados. Silva (2000, p.27), na sua obra denominada Teorias do currículo; uma introdução crítica, afirma que: As teorias tradicionais eram teorias da aceitação, ajuste e adaptação. As teorias críticas são teorias de desconfiança, questionamento e transformação radical. Para as teorias críticas o importante não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz.

Não conseguimos superar a escola tradicional que coloca 35... 40 estudantes sentados em um espaço pequeno, sem janelas amplas voltadas para o mundo nem materiais atrativos de estudo, com professores cansados e mal remunerados que correm de uma escola para outra para garantir um mínimo essencial de renda. Nossa escola não sabe lidar com a diversidade, com a inclusão, com a pobreza e a cultura das pessoas. Como nos aponta o mesmo autor (p. 32, 33 – grifos do autor) há dois processos em funcionamento: por um lado, a imposição e, por outro, a aculturação de que se trata de uma imposição, que aparece, então como natural. É a esse duplo mecanismo que Bourdieu e Passeran chamam de dupla violência do processo de dominação cultural. Ensinamos o que pode ser encontrado no Google com qualquer celular barato, ensinamos sem emoção, ensinamos a obedecer e se sujeitar sem questionar. É preciso formar um exército de trabalhadores disciplinados e prontos para aceitar qualquer salário ou empreender (sic)! Nem conseguimos alcançar o ideal da criticidade... seguimos ensinado passividade. E os que têm deficiência, atrasos, problemas de aprendizagem? Confinamos ao fundo das nossas salas de aula até que desistam da escola.

Nosso sistema educacional se presta a um determinado modelo social, as políticas de governo, direcionadas a educação, chegam às escolas carregadas de interesses e intencionalidades (Oliveira e Castanha, 2023, p. 238). Os autores ainda afirmam que os profissionais precisam identificar de forma consciente os direcionamentos e as oportunidades, é preciso ensinar de forma crítica para ler o mundo, pois a leitura do mundo, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade:

Respeitar a leitura de mundo, do educando não é também um jogo tático com que o educador ou educadora procura tornar-se simpático ao educando. É a maneira que tem o educador de, com o educando e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de inteligir o mundo. Respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da curiosidade, de modo geral, e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento. É preciso que, ao respeitar a leitura do mundo

do educando para ir mais além dela, o educador deixe claro que a curiosidade fundamental à inteligibilidade do mundo é histórica e se dá na história, se aperfeiçoa, muda qualitativamente, se faz metodicamente rigorosa. E a curiosidade assim metodicamente rigorizada faz achados cada vez mais exatos. No fundo, o educador que respeita a leitura de mundo do educando, reconhece a historicidade do saber, o caráter histórico da curiosidade, desta forma, recusando a arrogância cientificista, assume a humildade crítica, própria da posição verdadeiramente científica. O desrespeito à leitura de mundo do educando revela o gosto elitista, portanto antidemocrático, do educador que, desta forma, não escutando o educando, com ele não fala. Nele deposita seus comunicados (Freire, 2016a, p.63).

De acordo com Freire precisamos nos munir de intencionalidade para, junto com o aprendiz, construir uma leitura da realidade com materiais e equipamentos educacionais, que dialoguem com seu interesse, com sua necessidade, com sua curiosidade e com sua realidade. Sendo assim, Freire (2016a) nos possibilita entender sua luta em favor de uma educação democrática e conscientes do contexto social, que consiga se colocar contra o autoritarismo e, democraticamente, ofereça aos educandos uma visão real de seu mundo, suas contradições, seus limites e suas possibilidades.

A partir da leitura de mundo é possível indagar: Quem pode falar pela educação? Qual educação? Estudantes, professores, profissionais da educação não têm voz, são considerados sujeitos/as inacabacabos/as, são formados para o trabalho e para não questionar. Qual educação buscamos? Queremos buscar algum ideal educativo? O número de estudantes por sala de aula, o currículo, os professores dentre outros vem sempre imposto, vem sempre pré-determinado. Espera-se que os estudantes se sentem uns atrás dos outros, em silêncio, copiem e façam suas atividades de forma individual e disciplinada. O sistema recompensa aqueles/as que se ajustam às normas sem questionar, que cumprem as regras e que não extrapolam o conteúdo proposto e, mais importante, não questionam nada. Estes ganham bolsas de estudo, são destaques acadêmicos, são premiados por terem se moldado ao sistema.

Qual currículo? O mesmo por proposto por Ralph Tyler e Robert Bobbit na virada do século XX (Silva, 2000) e que visam formar o trabalhador de chão de fábrica, o/a operário/a, mão de obra barata formada por um sistema educacional fracassado e desestimulante. Um currículo cujas bases podem ser encontradas na administração de empresas pois que diferença pode haver entre a escola e a empresa? Mas avançamos, como avançamos. Trouxemos para nossas salas de aula disciplinas como educação financeira e empreendedorismo, afinal, como não há trabalho para todos/as é necessário empreender...

Neste cenário neoliberal, que pode ser pensado como um novo totalitarismo, afinal nossas imagens vêm de Hollywood, mais do que nunca presenciamos a atualidade da bandeira nazista, das ideias de Mussolini e Franco que nos leva a entender o totalitarismo como uma persona autoritária e da formação de um partido político para realizar essa vontade. Precisamos atentar para a Crítica de

Marx e relacioná-la ao empresário de sim mesmo, à perspectiva pentecostal que irá repor a ideia calvinista do trabalho como virtude e da preguiça como vício em uma organização empresarial capitalista que produz a exclusão crescente do trabalhador do mercado de trabalho pelo massacre psicológico e ideológico.

Por sua vez, o totalitarismo demanda indiferenciação das pessoas e das instituições sociais. Ao observarmos com atenção percebemos que uma mesma lógica regerá a família, a escola, a igreja, a língua, a política, a religião, a vida amorosa, as artes, ou seja, as pessoas e as instituições não possuem uma identidade que as diferencie, são homogêneas, são o espelho do Estado. O Estado se organiza de forma hierárquica e violenta, militarizado e fundado nesta ideologia de identidade nacional transmitindo seus ideais para todas as instituições que vão refletir o que o Estado é, sem diferenças nos costumes, pois tudo é e precisa continuar sendo homogêneo. Qual instituição melhor que a escola para estabelecer padrões, costumes, hábitos, disciplina?

O neoliberalismo produz e reforça a indiferenciação de todas as instituições sociais sob a forma de empresa e a pessoa seria empresária de si mesma pelo empreendedorismo e estaremos cercados por empresas - a escola, a igreja, a pessoa... Mas, diferente do totalitarismo o Estado produz a ideologia e a organização da sociedade e o neoliberalismo irá espelhar para o Estado uma sociedade do mercado absoluto sob a forma de empresa, ou seja, o totalitarismo na forma de uma multiplicidade de empresas tornará a pessoa totalitária.

O que torna isso possível? O neocalvinismo. Max Weber (1864-1920), um clássico sociólogo alemão, buscou estabelecer possíveis correlações entre o/a pessoa que estava sendo educada para atuar no modo de produção capitalista que estava surgindo em meados do século XIX. Os valores religiosos protestantes, em uma de suas tendências específicas, o calvinismo. Weber em Calvinismo e o espírito do socialismo (apud Cruz, 2021) nos mostra que das teologias existentes o calvinismo é o mais adequado com sua lógica da predestinação. O autor faz sua análise baseando-se no materialismo histórico a respeito da compreensão do Sociólogo Max Weber sobre a religião calvinista a qual prega que o trabalho mostra a bênção divina sobre a pessoa, pela óbvia prosperidade, e a identifica como predestinada à salvação. Precisamos entender que trabalho vem do latim tripalium, tortura, e retoma o elemento teológico na explicação da riqueza a legitimando como virtude. Tripalium era o nome de um instrumento de tortura constituído de três estacas de madeira bastante afiadas e que era comum em tempos remotos na região europeia. Originalmente, trabalhar significava ser torturado.

Weber (2004, p. 75) afirmava que queria se certificar de que

> [...] forças religiosas tomaram parte na formação qualitativa e na expansão quantitativa desse espírito pelo mundo. Além disso, verificar que aspectos de nossa cultura capitalista podem apontar para aquelas. Tendo em vista a tremenda confusão das influências interdependentes das bases materiais, as formas de organização social e política e as ideias vigentes no tempo da Reforma, apenas poderemos investigar se, e em que pontos, podemos considerar certas correlações entre as formas de crença religiosa e as práticas éticas.

De acordo com Weber a religião, como fator cultural, exerceu e continua exercendo influência no condicionamento dos comportamentos humanos, adequando-os para uma nova formatação de relações de produção, gerando valores que coadunam com o desenvolvimento econômico deste mundo que surgia (Cruz, 2021, p. 509). A interpretação culturalista de Weber que enquadra uma divisão desigual do trabalho, o colonialismo e o neocolonialismo, a espoliação dos povos, o imperialismo, a exploração da força de trabalho para o enriquecimento pessoal. Tais pressupostos são fatores que contribuíram com a visão imperialista dos países desbravadores:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o infinito melhoramento dos meios de comunicação.

> [...] Obriga todas as nações a adotar, sob pena de extinção, o modo de produção da burguesia; obriga-as a introduzir a pretensa civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Numa palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem. (MARX; ENGELS, 2012, p.41-42).

O tema da citação é denso mas crucial para entender o que está em jogo na política brasileira. Com a discussão sobre o Bolsa Brasil, o furo do teto de gastos ou do arcabouço fiscal e a ampliação do auxílio emergencial dos desabrigados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, o debate sobre pobretologia e falsificação da ira popular ganha nova atualidade. Virgínia Fontes[2] (2020) faz uma genealogia cuidadosa da estratégia de que ela chama de assalto à pobreza e as práticas que foram desenvolvidas por Robert McNamara e pelo Banco Mundial. Situando-a em uma etapa geopolítica do desenvolvimento do capital, ela discute a entrada da questão social como fator de urgência gestacional política em território brasileiro, do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao governo Bolsonaro, passando pelos governos do PT.

Mas, o que é pobretologia? O assalto à pobreza é decorrente da política do Banco Mundial (Robert McNamara) que se traduz em um estímulo à permanência da Guerra Fria que visava reafirmar a segurança e o desenvolvimento dos capitais uma vez que a pobreza ameaçava a segurança do Capitalismo por sua abertura a revoltas; assim seria preciso neutralizar as lutas e reinvindicações populares pelo endividamento de populações pobres e Estados. Hoje tais políticas podem ser encontradas em procedimentos de nivelamento e controle como as avaliações como Provinha Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEN), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

No Brasil a pobretologia é percebida quando do advento da constituinte com os empresários brasileiros comandando as experiências da pobretologia sob comando do Banco Mundial via APHs (Aparelhos Privados de Hegemonia). Financiados por empresários para tutelar as lutas populares e bloquear as conquistas constitucionais via filantropia empresarial e depois via investimento social

[2] youtube.com/watch?v=rRswefXBYj8&t=1s

privado fizeram, e ainda fazem, a gestão pública desconsiderando os critérios públicos implementados na Constituição e precarizando as relações de trabalho e reduzindo os recursos públicos para as políticas sociais. Como isso é possível? Pela educação... afinal, não conseguimos abraçar a crítica com nossos currículos.

Deslocando a organização das políticas sociais para as emergências, e não considerando a origem das desigualdades e dos seus problemas, o liberalismo econômico defende a ideia de que o protecionismo e direitos que dificultavam os empregos e a burocracia estatal, que instaurou o Banco Mundial como formulador das políticas de assistência social atuando em saneamento, educação, transportes apagando as razões da desigualdade, são culpa da pobreza por suas condições precárias. O objetivo destas políticas? Rebaixar as conquistas constitucionais sociais e institucionais à condição de políticas pobres para os pobres colocando à disposição do mercado serviços privados. Uma política para o capital pela redução da autonomia das classes trabalhadoras por meio de atitudes subservientes da classe trabalhadora.

Como se forma este cenário? Pela educação que desencadeia a falsificação da ira popular. Programas como Comunidade Solidária (PSDB), Bolsa Família (PT) e Renda Brasil (Bolsonaro) que retiram as condições de luta popular por direito e subordinam boa parte da população geridos por APHs como o Todos por Educação. Estamos presenciando o aumento brutal da precarização das relações do trabalho e do desemprego pela proteção dos grandes empresários e do capital estrangeiro, pela doação do patrimônio público e pela retirada de recursos dos setores médios e dos trabalhadores para transferir para estes programas de pobretologia. Programas de transferência de renda tem a ver com o domínio das elites sobre as classes populares para garantir a manutenção do capital. Este cenário todo nos leva ao mito da competência e ao descarte de pessoas portadoras de necessidades especiais.

De acordo com Cruz (2021) o capitalismo iria pregar a disciplina, o apreço pela poupança, os lucros e a ideia de que o trabalho dignifica o homem. O trabalho, antes tido como algo doloroso e destinado aos escravos, agora se mostrava como uma vocação, um fim em si mesmo. O ócio que desde a Grécia Antiga era considerado uma dádiva dos mais nobres e ricos, passou a ser considerado como algo negativo pois quando o desemprego estrutural do capitalismo engendra a impossibilidade do pleno emprego e a necessidade do desemprego para a criação do que Karl Marx (1818-1883) denominava de exército industrial de reserva serão excluídos da força de trabalho os mais velhos, os doentes, os deficientes, os sem escolarização... daí surgirá uma competição voraz pelo emprego e uma concorrência frenética pelo trabalho a qualquer valor. Destes pressupostos decorrem ideias como meritocracia, empreendedor de si mesmo, do pobre que fica feliz com as migalhas que recebe do sistema e agradece.

Nosso inimigo é complexo, feroz e capaz de devorar tudo que encontrar pela frente. Com a redução da renda das pessoas tem-se o ciclo de trabalhar cada vez mais para garantir o mínimo de

renda digna para se sobreviver e não se encontra tempo para ler, para estudar, para trocar ideias, para descansar. Temos perdido a batalha dia após dia, temos fracassado miseravelmente todos os dias. Quem perde? Todos perdemos pois não é possível aprender quando a vida se fragmenta em um mosaico confuso no qual não há nenhuma conexão possível entre as peças. Dizemos que fragmentamos o conteúdo para que seja mais fácil para aprender. Mas quando nossos estudantes se deparam com um monte de pedaços de conteúdo, que não têm nenhuma conexão entre si, acham tudo muito absurdo. Não é possível encontrar sentido no absurdo e na lógica de 50 minutos de aula de matemática, seguidos por 50 minutos de aula de história e outros 50 minutos de aula de geografia... A aprendizagem acontece quando o professor se preocupa com outras coisas nas brechas que a nossa escola, que mais se parece com uma cadeia, abre. Gatto (2019, p. 17) afirma que não basta fazer remendos na escola na esperança de que ela seja melhor. Temos de começar do zero e repensar o que é a educação. E o que é educação? Como educamos em nossas muitas salas de aula pelo país?

Ainda o autor (2019, p. 21) palavras e rotinas sem sentido isolam as pessoas da vida em si, cegam-nas para aquilo que acontece ao seu redor, anestesiam as faculdades morais. Acabamos por tornar a escola insuportável e vemos os estudantes deixarem o espaço escolar correndo e felizes... As escolas não têm bons resultados? Depende muito do ponto de vista de quem faz tal análise. Acreditamos que a escola hoje é extremamente eficaz, consegue garantir uma mão de obra dócil e disciplinada, incapaz de questionar qualquer coisa e que milita vorazmente pelos interesses do capital. Os que escapam a este processo naufragam nas redes sociais. Formamos pessoas incapazes de se revoltar contra absolutamente nada, que vivem acuadas e com medo e que se preocupam em consumir e ostentar – o que quer que isto possa significar.

Pensar criticamente hoje é uma ameaça. Simplificamos nossa forma de valor, esvaziamos nossas explanações de qualquer complexidade, somos especialistas em diminuir potencialidades e inibir a criatividade humana. Afinal, para que servem todos estes aparatos? Ensinar pode significar coisas diferentes em diferentes lugares. Não acreditamos que pais que desembolsam 20 mil por mês em mensalidades escolares se conformem com uma educação como a que descrevemos. Estes ideias educativos se destinam às escolas públicas cuja clientela tem um poder aquisitivo baixo. São as pessoas pobres que frequentam uma escola sem vida. Em seu livro Emburrecimento programado: o currículo oculto da escolarização obrigatória, John Taylor Gatto (2019) descreve esta escola: a primeira lição é a confusão e a desconexão, é preciso ensinar a posição de cada estudante na classe e tratá-los todos com indiferença para que se desenvolva dependência emocional e intelectual e, sem conseguir se esconder, desenvolverão uma autoestima provisória. É a receita do caos.

Neste cenário as sequências são insanas e desconexas nas quais cada estudante deverá aprender qual é o seu lugar e que nenhum trabalho ou atividade são dignos de serem concluídos com afinco. Ensinamos competição e individualidade, a esperar para que o professor diga o quê e como deve ser

feito, o que deve ser estudado, a pensar o que lhes foi mandado sem a menor resistência – e sem a curiosidade; aprende-se conformidade. Esta é a escola que determina quais alunos devem estudar e que aqueles que possam ser considerados atrasados, fracos, deficientes – alunos ruins, não deverão permanecer neste espaço. Gatto (2019, p. 48) afirma que construímos um estilo de vida que depende de que as pessoas continuem fazendo o que lhes mandam por não saberem como dizer a si mesmas o que deve ser feito. Não há privacidade nesta escola, é um espaço de vigiar e punir (Foucault, 2008) que submete a todos a um controle central – o panóptico. Foucault (2008, p. 118 – grifos do autor) na longa explanação abaixo nos aponta para o que precisa ocupar nossa reflexão por alguns instantes:

Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas entretanto são novas nessas técnicas. A escola, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo mesmo ao nível da mecânica – movimento, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em, seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou da linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única economia que realmente importa é a do exercício. A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar “as disciplinas”.

O autor está descrevendo os corpos dóceis, em uma seção intitulada disciplina. Esta é a escola que temos: uma escola fria, que vigia e pune, uma escola sem vida e sem emoção, que não pensa, que não critica, que ensina submissão e obediência; que não sabe incluir e tenta, quando muito integrar pessoas diferentes em uma realidade educacional. Uma escola na qual não se pode ter o domínio sobre o próprio corpo e que tem na disciplina a anatomia do detalhe como se se talhasse pedras. Ainda o autor (2008, p. 121) afirma que A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas de vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. Assim temos as escolas com grades, muros altos, cercas, câmeras, uma escola que individualiza, que determina lugares e horários, rotinas, que analisa e controla a tudo e a todos. Horários, tempos, espaços, utilidades, conteúdos é preciso acostumar os estudantes a executar

tudo rapidamente; uma escola autoritária, sem espaços democráticos e libertários. Nossas escolas de periferia não diferem de cadeias.

Não há espaço nesta escola para se discutir direitos, povos indígenas, mulheres, movimento sem-terra, arte, afetos, educação popular, o passado – nosso passado, o que aprendemos e o que queremos aprender. Trata-se de um território em disputa e estamos perdendo. Se a educação pode se tornar uma arma poderosa contra a desinformação, o controle, a criatividade precisamos aprender a usá-la pois acolhemos com passividade os inúmeros cortes no orçamento da educação, o controle sobre nossas práticas, uma Base Nacional Comum Curricular que esvazia nossos currículos de história, geografia, ciências, filosofia, sociologia.

De acordo com Saviani (2020, 8):

> [...] currículo é tudo o que a escola faz; assim não faria sentido falar em atividades extracurriculares. Tal conceito representa, sem dúvida, um avanço em relação à noção corrente que identifica currículo com programa ou elenco de disciplinas. Mas apresenta, também, alguns problemas. Com efeito, se tudo o que acontece na escola é currículo, se se apaga a diferença entre curricular e extracurricular, então tudo acaba adquirindo o mesmo peso; e abre-se o caminho para toda sorte de inversões e confusões que terminam por descaracterizar o trabalho escolar. Com isso, facilmente o secundário pode tomar o lugar daquilo que é principal, deslocando-se, em consequência, para o âmbito do acessório aquelas atividades que constituem a razão de ser da escola.

Dança, esportes, capoeira, música, xadrez e outras tantas atividades são consideradas como extracurriculares em algumas escolas privadas. Há um debate intenso sobre escola integral e escola de tempo integral. O que precisamos considerar são as escolas que temos destinadas a quem. Em tempo, precisamos entender o que é o currículo, como o currículo acontece e pode acontecer, qual o produto de uma determinada forma de currículo e de outra. Henry Giroux (2003) afirma que precisamos que os professores sejam intelectuais e que saibam pensar a sua prática por diferentes caminhos e com intencionalidade docente. Concordamos com o autor e na importância destes pressupostos, mas acreditamos que o professor precisa ser um pesquisador de sua prática, uma mente inquieta e inconformada com o sistema tal qual este se apresenta. É preciso pensar, mas é muito mais necessário entender os resultados da própria prática.

Álvaro Marchesi (2006) analisa um grupo de alunos com problemas escolares, as dificuldades de seus professores para educá-los e o desajuste de suas famílias a partir de três aspectos - os problemas de aprendizagem, os problemas de conduta e os problemas de motivação. No livro O que será de nós os maus alunos o autor mostra como especialistas, professores e alunos, que falam de suas próprias experiências e das dificuldade seus anos escolares. O autor postula que é possível estabelecer ações e políticas que tenham como intuito enfrentar os casos de fracasso escolar e inicia esta reflexão descrevendo diferentes funções cognitivas, as formas de ensinar e aprender, a necessidade do acompanhamento escolar. O autor afirma que a questão do fracasso escolar tem origem em um cenário

multidimensional e, como tal, precisa ser analisada correlacionado com avaliação, família, escola, qualificação de professores e de saberes bem como a rede de apoio com a qual os/as aprendizes podem contar.

Não existe uma definição comum sobre o que vem a ser uma dificuldade de aprendizagem, de como e por que ela se manifesta, ou como evitar que o índice de fracasso escolar seja tão alto. Sabe-se que os principais tipos de dificuldade de aprendizagem referem-se a: alterações de fala, perturbações emocionais, incapacidade de aprendizagem, deficiências de saúde. As dificuldades de aprendizagem formam um grupo heterogêneo e é difícil defini-las, classificá-las como temporárias ou permanentes, ou afirmar que uma pessoa possui dificuldade de aprendizagem. Apesar do tema dificuldade de aprendizagem ter sido bastante pesquisado, muitos autores não chegaram a um consenso sobre o que vem a ser uma dificuldade de aprendizagem, como se manifesta, como pode ser prevenida e o que pode ser feito no âmbito da intervenção clínica ou institucional, muito embora diversas pesquisas abordem este tema e proponham soluções (Garcia,1998; Fonseca, 1995).

Ao se ponderar sobre as finalidades da escola, e da educação como um todo, percebe-se que existem objetivos diversos tais como desenvolver habilidades do tipo prático, ampliar seu conhecimento do mundo, compartilhar os aspectos culturais e preparar os alunos para a vida adulta posterior. Neste panorama a linguagem ocupa um papel central no qual o processo de ensino-aprendizagem é fundamentado. O sistema educacional precisa se atentar à promoção de igualdade de oportunidades, independentemente da cultura e da economia dos alunos, à prática docente, à preparação dos professores e seus métodos de ensino. Existe uma variedade de consequências do fracasso escolar que afetam tanto os próprios alunos como os profissionais docentes, as famílias e a sociedade. A consequência mais comum é não acreditarem que são capazes, que a escola não é para eles/elas e não se sentem capazes para aprender que ensinam na escola. O fracasso escolar faz com muitos professores se sintam desconcertados, desconfortados, desmotivados e ineptos para ensinar em contraponto às famílias que podem se sentir desesperadas ao ver as consequências os baixos rendimentos do seu filho. Quando percebem que não conseguem alcançar o mínimo estas pessoas podem decidir abandonar seus estudos por não se verem capazes de concluí-los e vão se tornar marginalizados na vida social, no trabalho.

Quando afirmamos que uma pessoa não aprende bem causas muito distintas podem estar em pauta, tais como a pessoa não se apropriou do conteúdo, a pessoa não tem domínio do processo, a pessoa realiza mecanicamente a atividade. Existem várias perguntas que permeiam as pesquisas relacionadas ao processo de aprendizagem: o que faz a mente hábil para aprender? O que não fazem bem os que manifestam dificuldades? Como conseguir que as pessoas menos competentes incorporem as habilidades e aumentem o seu desempenho nas atividades? Como identificar a origem do problema?

A prática do ensino nos últimos anos precisaria ter sido marcada por constantes questionamentos por parte dos educadores e pesquisadores. Esse fato fica evidente quando se observa o número de pesquisas voltadas para o estudo dessas habilidades, que vão desde o estudo do comportamento do aluno na execução da atividade até a busca de melhores instrumentos de avaliação. Esse panorama da educação tem levado à busca de respostas e propostas para o ensino visando melhorar a qualidade do mesmo. Outras questões que têm sido levantadas são quais habilidades seriam necessárias à aprendizagem das habilidades de ler, escrever e calcular, quais instrumentos poderiam medir o desempenho dos alunos nessas atividades, o que o processo de intervenção poderia fazer por aqueles alunos que manifestam algum atraso na realização das tarefas. Ponderamos se o que está sendo proposto aos alunos, no atual panorama da educação, não está além da sua capacidade, gerando frustração e desinteresse.

Buscamos refletir em várias frentes com o intuito de responder o problema se a crise da escola seria um projeto. Analisamos a questão do fracasso escolar e das dificuldades de aprendizagem, trouxemos o olhar da Sociologia e da História, perpassamos a Filosofia para construir um panorama de que a escola é um sucesso no ponto de vista do capital. É uma mercadoria valiosa e cara que faz com que as pessoas se endividem para custear seus estudos. Como empresa podemos destacar que se trata de uma instituição lucrativa pois quando melhor e mais tecnológica for a proposta metodológica mais cara será a mensalidade, sendo que a escola pública se encarrega de manter alimentados os casos de fracasso e dificuldade de aprendizagem, mantendo estável a oferta de mão de obra. Com uma formação precária muitas pessoas com diploma serão empreendedores na máquina econômica que não consegue prover pleno emprego.

Precisamos nos atentar para o que postula Henry Giroux (2003, p.41)... Esse discurso é perturbador porque separa a cultura da política e deixa pouco espaço para capturar contradições dentro das instituições dominantes, que abrem possibilidades políticas e sociais para contestar a dominação, realizar trabalhos críticos dentro de escolas e outras esferas públicas, ou promover a capacidade dos estudantes e outras pessoas de questionar as formas opressivas de autoridade e as operações de poder. Em nossa amnésia histórica não conectamos o político com o pedagógico, não discutimos nem analisamos hegemonias como relações educacionais, não entendemos o que Raymond Williams afirma com reconhecer a força educacional de toda nossa experiência social, cultural, política, histórica, geográfica, matemática... O aparato institucional da elite masculina, branca, rica, racialmente purificada, que brada patriotismo e conservadorismo, não quer que se ensine ativamente muito menos profundamente. O que percebemos é um profundo desprezo pela política cultural, pela cultura popular, pela pedagogia cultural e pelas diferenças de raça, gênero, etnia, extrato social. E ainda vale o que Todd Gitlin (Giroux, 2003, p. 27) afirma: se é política o que sejamos fazer, organizemos grupos, coalizões, demonstrações, lobbies, o que for; façamos política. E não pensemos que nosso trabalho

acadêmico já é política. Façamos políticas culturais, sociais, educacionais... se a pandemia nos mostrou algo foi que a educação tem espaço para piorar, e muito. Esta luta nós estamos perdendo, e feio!

REFERÊNCIAS

BERMEJO, V. S. e LLERA, J. A. B. Dificultades de aprendizaje. Ed. Síntesis Psicologia, Madrid, 1997.

CÁSSIO, Fernando (org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Editora Boitempo, São Paulo – SP, 1ª edicção, 2019.

CRUZ, Caique de Oliveira Sobreira. Max Weber: a "ética" calvinista e o espírito do "novo" capitalismo: Especialização, Idealismo e Ocidentalismo - O Frankenstein Sociológico. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos - REBELA, v.11, n.3. set./dez. 2021.

DOCKRELL, J. e McSHANE, J. Dificultades de aprendizaje en la infancia – un enfoque cognitivo. Ed. Paidós, Buenos Aires, 1997.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Editora Contracorrente, Herdeiros de Florestan Fernandes, Kotter Editorial, Curitiba – PR, 6ª edição, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 54ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a. (Coleção Leituras).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60ª ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2016b.

FREIRE, Paulo. Política e educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FONSECA, V. da. Introdução às dificuldades de aprendizagem. 2ª edição, Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1995.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir – nascimento da prisão. Editora Vozes, Petrópolis –RJ, 2008.

GARCIA, J. N. Manual de dificuldades de aprendizagem – Linguagem, leitura, escrita e matemática. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1998.

GATTO, John Taylor. Emburrecimento programado: o currículo oculto da escolarização obrigatória. Kirion Editora, Campinas – SP, 2019
.
GIROUX, Henty. Atos impuros: a prática política dos estudos culturais. Artmed, Porto alegre, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil. Niterói. Movimento-revista de educação. nº 7, 2017, p. 10-32.

MARCHESI, Álvaro. O que será de nós os maus alunos? Editora Artmed, Porto Alegre – RS, 2006.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. -São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Vilson Jacques de; Castanha, André Paulo. A Educação em Paulo Freire: uma possibilidade para superar a opressão e alcançar a autonomia. Ensino & Pesquisa, União da Vitória, v. 19, n.3, p. 236-253, nov./dez., 2023.

PATTO, Maria Helena Souza (org.) A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 4ª ed., São Paulo - SP, 2022.

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: MALACHEN, Julia; MATTOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José (orgs.). A pedagogia Histórico- crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Editora Autores Associados, Campinas - SP, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. Teorias de currículo: uma introdução crítica. Porto Editora, Porto – Portugal, 2000.

TORGENSEN, J. K. Learning disabilities: Historical and conceptual issues. Ed: B. Y. Wong, In: Learning about learning disabilities. San Diego, 1991.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2004. Coleção a Obra-Prima de Cada Autor.

WEBER, Max. A ética Protestante e o espírito do capitalismo. Tradução Mário Morais –São Paulo: Martin Claret, 2016.